

A DES-CONSTRUÇÃO DA CRÍTICA (LITERÁRIA) DE TRADUÇÃO: UMA ANÁLISE DAS RESENHAS CRÍTICAS DE TRADUÇÃO DO CADERNO MAIS! *

Francisco de Fátima da SILVA

RESUMO *Esta dissertação examina concepções de crítica de tradução presentes nas resenhas críticas de tradução publicadas no caderno Mais!, do jornal Folha de S. Paulo, elaboradas, em sua maioria, por professores, bem como críticos, poetas e tradutores, as quais dedicam algum espaço à reflexão que envolve a prática tradutória. Com elas, pretendemos mostrar o “entrelaçamento” existente entre a crítica de tradução e a crítica literária, problematizando suas distinções, a partir dos pressupostos que norteiam tais práticas. O propósito deste trabalho consiste em trazer à tona os conflitos presentes nas proposições críticas, revelando-lhes o terreno comum – a fidelidade –, seja na literalidade, seja na criação tradutória. Além disso, pretendemos demonstrar o quanto as novas tendências acerca da investigação sobre a tradução revelam-se de forma surpreendente nos discursos aparentemente exteriores ao meio universitário. Tal é o caso da desconstrução, que expõe a impossibilidade da idiosincrasia do discurso tradutório em cada campo de investigação, questionando as distinções defendidas pelo cientificismo nas ciências humanas, em especial na Lingüística Aplicada.*

ABSTRACT *This dissertation examines the concepts of translation criticism, since from the evaluator essays on translation written by Brazilians critics, teachers, translators, and poets, gathered from the journal articles edited at the supplement Mais! in Folha de S. Paulo newspaper, in which they devote some space to the consideration that involves the translation practice. In using these essays, one intends to show the “interweaving” between the translation criticism and literary criticism, troubling their distinctions, from the premises that guide such practices. The purpose of this work consists at bringing to the surface the conflicts presented in the critical propositions, revealing to them the common ground –the fidelity,*

* Texto resultante da Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no dia 17 de dezembro de 2001, sob orientação da Prof. Dr. Paulo Roberto Ottoni.

whether in the literality, whether in the translation creation. In addition, demonstrating how much the new tendencies about the translation research show themselves, in a remarkable manner, on the apparently outer discourses from the university environment. The deconstruction exposing the impossibility of the translation discourse idiosyncrasy in each field of investigation –distinctions supported by the scientificism at the Humanities, specially on the Applied Linguistics.

1. INTRODUÇÃO

O tipo de crítica de tradução, constante nos artigos da *Folha*, tem como característica duas concepções que, à primeira vista, parecem distintas: a que trata a tradução do ponto de vista da “fidelidade” e a que se refere à tradução da perspectiva da “recriação”.

Nossa hipótese é a de que as distinções no interior da própria crítica de tradução não se sustentam e, mais do que isso, a crítica de tradução acaba por se confundir com um tipo de crítica literária. O que justifica tal asserção é o corolário que nos oferecem as reflexões derridianas, isto é, a dedução de que discursos dessa natureza são potencialmente filosóficos, ou seja, contêm em si o predomínio de um modelo metafísico, do qual a filosofia clássica se serve para construir o seu discurso.

Com relação às críticas, pode-se dizer que tanto as que privilegiam um modo de traduzir que conserve as características da língua-fonte e que condenam, mesmo que implicitamente, o modo denominado por elas de “criativo”, que subverteria o texto estrangeiro quanto as que demonstram uma rejeição à tradução dita “fiel”, defendendo uma tradução “criativa”, são normativas, prescritivas e dogmáticas, uma vez que seus critérios refletem uma metodologia “tradicional”, ainda que, a princípio, possam nos levar a crer que pretendem romper com a tradição.

Uma postura frequente nos textos críticos: a crença na possibilidade de se chegar a um significado intrínseco ao chamado texto original. A crítica de tradução jornalística caracteriza-se, principalmente, pela questão do comentário, por seu caráter avaliativo, e a propensão ao julgamento dos méritos que o tradutor exhibe quando a tradução é bem sucedida. Se não é um caráter exclusivo, são essas características que definem a crítica de tradução, conquanto que ela esteja dissolvida dentro de um comentário mais geral, de caráter mais literário, como se quer demonstrar neste trabalho.

2. O CONCEITO DE TRADUÇÃO NAS CRÍTICAS DE TRADUÇÃO

A tradução, de acordo com Derrida, não procuraria dizer isto ou aquilo, transportar este ou aquele conteúdo, comunicar tal encargo do sentido, mas sim re-

marcar a afinidade entre as línguas, exibir sua própria possibilidade. E isso, que vale tanto para o texto literário quanto para o texto sagrado, define talvez a essência própria do literário e do sagrado, em sua raiz comum. Segundo Derrida, dizemos “re-marcas” a afinidade entre as línguas para nomear o insólito de uma “expressão” (“expressar a relação mais íntima entre as línguas”), que não é nem uma simples “apresentação” nem simplesmente outra coisa. A tradução torna *presente* sobre um modo somente antecipador, anunciador, quase profético, uma afinidade que nunca é apresentada nesta apresentação.

A tradução, como objeto que não se deixa circunscrever, acaba por revelar também uma impossibilidade de conformar a crítica de tradução numa definição exata, e ainda põe em questão a disseminação desse tipo de crítica dentro da própria crítica literária. Assim como a tradução não se deixa definir, também a crítica de tradução se verá num terreno movediço.

A tradução, para os críticos, serve à literatura e encontra seu modelo e ideal no mais alto grau de sacralidade, aquela do texto sacro. Não podemos esquecer que é através e por meio da tradução que afirmações significativas podem ser gravadas e transmitidas, que um corpo de doutrina – a exemplo da Escritura Sagrada – pode ser estabelecido e verificado, que uma comunidade de estudiosos pode comunicar, que a literatura em si sobrevive.

Considera-se, comumente, a existência de dois tipos de tradução. Por um lado, a tradução que chamamos de “literal”, que se preocupa, principalmente, em verter um texto palavra por palavra; por outro, o que chamamos de tradução “livre”, ou ainda “criativa”. É possível pensar que os tipos de tradução “literal” e “criativa” atendem a necessidades diferenciadas. No caso da tradução “criativa”, o que se deixa transparecer é que ela serve, principalmente, aos textos literários. Ora, comumente, acredita-se que ao se encontrar soluções para a tradução literária, encontram-se também para outros tipos de tradução, mas não parece ser o caso. A tradução envolvida com o aspecto literário da linguagem requer muito mais do que simples normas, ela exige que se considere o detalhe além do que se pode observar no texto à primeira vista.

A tradução no caderno *Mais!*, então, caracterizar-se-ia por sua natureza dual, pela tentativa de hierarquização das distintas práticas de tradução, comentadas constantemente nas resenhas críticas. A tendência, em geral, é privilegiar o tipo de tradução denominado “fiel”, em detrimento da tradução considerada “recriativa”, admitindo que essa última serve à tradução de textos poéticos. Porém, o que se vê, sobretudo, são constantes. Todo texto exige soluções que envolvem ambos os tipos de tradução.

No texto jornalístico, a tradução acaba por revelar de forma mais surpreendente tal característica. E a crítica de tradução põe a nu a regras desse funcionamento, acabando por se entrelaçar com um tipo de crítica literária.

Se admitirmos que a crítica literária é, muitas vezes, feita a partir de textos traduzidos, então a crítica de tradução estaria implícita num determinado tipo de

crítica literária. Segundo Albrecht Neubert e Gregory M. Shreve (1992), a crítica literária de tradução “focaliza nas qualidades literárias e textuais da obra como ela existe na tradução. A tradução é julgada por seus próprios méritos como um texto na língua alvo” (p. 17).

Tal como a tradução, a crítica em geral está preocupada com o sentido do texto, mas não para negar-se a si um caráter escriturário, pois é através da escritura que esses textos se deixam representar. Há, portanto, um “entrelaçamento”: percebe-se que a crítica está presente até mesmo no próprio gesto da tradução e, numa perspectiva da linguagem, ambos os tipos de texto devem ser considerados de mesma instância. Ainda que tenhamos de recorrer a algumas distinções, sabemos que as delimitações não são de todo possíveis. Mas, o que é crítica literária?

Antoine Berman (1995) afirma serem “as obras que clamam e autorizam algo como a crítica, porque elas *precisam*. Elas precisam da crítica para se comunicar” (p. 39). Assim, tanto a crítica literária quanto a crítica de tradução estão empenhadas na mesma tarefa. “A crítica [em geral] está ontologicamente ligada à obra” (p. 39). Eis porque um panorama da crítica literária ajuda a entender o comportamento da crítica de tradução.

A necessidade de definir o que é crítica literária perpassa pela necessidade de distinguir as diferentes práticas textuais. Como René Wellek (1963) aponta, a palavra “crítica” é tão largamente empregada em tantos contextos, que é preciso delimitar o alcance de tal conceito. Mesmo aqui surgem vários problemas que, por serem complexos, só podem ser esclarecidos se se considera a história do termo.

3. DA CRÍTICA (DE TRADUÇÃO) LITERÁRIA

Desde a Antigüidade clássica, a definição de “crítica” vem sendo elaborada e, em especial, destacam-se, pelo menos, três estudos que discutem temas como criação e teoria literária: *Ars Poetica*, de Aristóteles (*Arte Poética*, que data provavelmente da época do “Liceu”, 334-323); *Epistula ad Pisones*, de Horácio (*Epístola aos Pisões* - 65-8 a.C.), e o tratado *Sobre o Sublime*, de Longinus.

A principal dificuldade de qualquer estudo sobre a crítica é separar suas funções (raramente isoladas) e, ao mesmo tempo, sugerir o sentido de uma evolução desse conceito no tempo. “Julgar”, “Descrever”, “Saber” e “Compreender” não são os quatro grandes momentos de uma história crítica. O que vemos aí são, sobretudo, constantes, que se traduzem num “entrelaçamento”.

A crítica não julga simplesmente, mas também produz sentidos. É preciso considerá-la como um resultado desse “entrelaçamento”. A tradução é o próprio gesto crítico. Criticar traduções é, então, um gesto duplo.

O “entrelaçamento” das funções da crítica é corroborado por afirmações como a de Eduardo Portela (1958), que, por sua vez, vê nessa atividade um caráter tridimensional: “O julgamento da obra é uma consequência lógica da aproximação

intuitiva e do conhecimento científico” (p. 56). O autor reconhece que não pode haver um método único que sirva a todas as obras, mas cada obra exige um método distinto, reconhecendo assim a diferença que marca o texto crítico.

Não há como reduzir a crítica a uma só definição, tendo em vista a diversidade que a compõe, o que nos força a buscá-la na sua generalidade, dando-lhe um estatuto de tudo poder abarcar. Essa é a postura implícita nas declarações de Tristão de Athayde (apud Lima, 1945), quando afirma que “a crítica literária tem sido [...] uma visão da vida através das obras alheias e, simultaneamente, uma concepção das obras alheias através da vida” (p. 15). Ele considera a crítica literária não uma atividade parasitária da literatura de criação e a ela contraposta, e sim uma atividade autônoma, apenas distinta da atividade criadora, mas cheia de contatos com ela e representando, antes de tudo, uma concepção geral da existência.

Álvaro Lins (1964), em sua definição de crítica, declara que “o ato crítico é aquele que completa, que retifica, que amplia ...” A criação do crítico vem da possibilidade de levantar, ao lado ou além das obras dos outros, idéias novas, direções insuspeitadas, novos elementos literários e estéticos, sugestões de bom gosto, sistematizações, esquematizações, quadros de valores. Mas a crítica é, antes de tudo, um gênero literário de criação, que apresenta duas faces: a interpretação, ligada à intuição, e o julgamento, ligado à razão.

A tentativa de apresentação das quatro principais ambições da crítica literária – descrever, saber, julgar e compreender – expõe muitos conflitos latentes.

De certo modo, a crítica literária usurpou o domínio tradicionalmente reservado ao estudo da ficção e da poesia. É o que declara Nestrovsky (*Mais!* 20 jun.93): “entre os alunos de literatura, é bem mais comum encontrar bons conhecedores de Bakhtin ou Derrida do que de Rabelais ou Rousseau. (...) muitas são as correntes novas da crítica e via de regra, por motivos teóricos ou profissionais, elas preferem permanecer incompatíveis entre si” (p. 30). Essa incompatibilidade mantém o alto grau de especialização da crítica literária, combatido por Frank Kermode, autor de *Um Apetite pela Poesia* (apud Nestrovski, *Mais!*, 20 jun.93), o que reforça nossa tese de que não há, necessariamente, uma distinção que exija uma compartimentização dos “diferentes” textos.

O texto traduzido serve aos propósitos da crítica literária, já que é dele que partem as investigações. O objeto de análise passa a ser o próprio texto traduzido. A crítica, então, buscaria uma perspectiva, procuraria afinar o tom, de modo a perceber os dados particulares da obra. Essa postura coaduna perfeitamente com a atitude daqueles estudiosos da Bíblia, para os quais nem a má tradução seria capaz de comprometer a mensagem do texto. Trata-se do ler entre as linhas.

Questionável em seu próprio interior, a crítica literária resiste a uma teorização que a torne definível por excelência. Com isto, é necessário, considerá-la, tendo em vista a noção benjaminiana de *sobrevida*. É nesse sentido que Berman (1995) afirma serem “as obras que clamam e autorizam algo como a crítica, porque elas *precisam*.”

Elas precisam da crítica para se comunicar” (p. 39). Assim, tanto a crítica literária quanto a crítica de tradução estão empenhadas na mesma tarefa.

A noção de *sobrevida* deve ser acompanhada da noção de *contaminação*, pois não pode haver um texto livre do contágio de outros textos. Poderíamos afirmar que não há texto que seja completamente literário, ou mesmo religioso, filosófico, psicanalítico, científico etc. Todos eles se acham imbricados, mas não de uma forma que sugira confusão. A predominância de um aspecto possibilita-nos construir distinções que nos permitem tratar dos fenômenos em contextos particulares.

A escritura é o que caracteriza as resenhas de nosso *corpus*. Este é o meio pelo qual a crítica *sobrevive*, e é por causa da escritura que a crítica é rebaixada, considerada subsidiária da obra literária. Tal é a condição da crítica, mas não sua definição. À medida que a crítica se torna escritura, o texto criticado se torna pré-texto. Os textos não preexistem à sua escritura, eles se escrevem à medida que o escritor lê a linguagem e outros continuam a leitura de sua escritura. É nesse sentido que o tradutor é também autor-escritor. Ocorre, assim, o “entrelaçamento”, que faz com que a crítica de tradução e a crítica literária possuam o mesmo objetivo, a mesma atitude e os mesmos meios, corram todos os riscos daquela aventura na linguagem, daquela navegação primeira e arriscada de que fala Derrida, referindo-se à escritura.

O resultado da tradução, a ser avaliado pelo crítico, não é uma concatenação aleatória de itens lingüísticos decifrados e recodificados. É, ou deveria ser, um texto próprio por direito. As distinções entre as críticas, tomadas enquanto textos, são possíveis. Devemos, aqui, atentar para a palavra *texto*. Derrida (apud Attridge, 1992, p. 44) afirma não haver texto que seja literário em si mesmo: “Literariedade não é uma essência natural, uma propriedade intrínseca do texto”. Contudo, esse autor admite que haja uma *função* e uma *intencionalidade* literária. De acordo com suas colocações, há mais uma experiência do que uma essência do texto de literatura: “a essência da literatura seria produzida como um conjunto de regras objetivas numa história natural dos ‘atos’ de inscrição e leitura” (p. 44). Sua ressalva é a de que isso não seria suficiente para suspender a leitura transcendente, necessária para lidar com a literatura, para ler o texto como um texto literário. Não podemos fazer uma leitura não-transcendental de qualquer texto que seja, ele adverte, pelas razões expostas acima.

Embora possa parecer que a crítica de tradução não tenha nada a dizer ao autor, ela tem, sim, muito que dizer ao autor-tradutor. Sua interpretação lança as diretrizes para a aceitabilidade da obra. Assim como a crítica literária, a de tradução vem promover um estatuto de obra que mereça ser lida.

A proposta de Derrida revela também a impossibilidade de se traçar uma divisão essencial entre literatura e crítica. A literatura só pode ser a denúncia da literatura e, portanto, não difere em essência da crítica. A crítica, na medida em que é uma denúncia da literatura, em si não é senão literatura. A partir daí, a distinção

entre os dois tipos de textos torna-se nebulosa e, em seu lugar, o que temos é a linguagem e a problemática única que ela impõe, a saber, a da interpretação (p. 44).

Derrida não se sente à vontade com uma distinção rigorosa entre literatura e crítica literária:

O que seria o rigoroso limite entre elas? A “boa” crítica literária, a única que vale a pena, implica um ato, uma assinatura literária ou contra-assinatura, uma experiência inventiva da linguagem, *na* linguagem, uma inscrição do ato de ler no campo do texto que é lido. Este texto nunca se deixa ser completado, “objetivado”. Contudo eu não diria que podemos misturar tudo e desistir das distinções entre todos os tipos de produção “literária” ou “crítica” (pois há também uma instância “crítica” na obra, “*no*” que é chamado de obra literária) (apud Attridge, 1992, p. 52).

Assim, seria necessário determinar ou delimitar um outro espaço, “onde pudessemos justificar distinções relevantes entre certas formas de literatura e certas formas de...” (p. 44) Nesse ponto, Derrida afirma não saber que nome dar a isto, este seria o problema. Eis o que ele declara sobre a necessidade das distinções:

Estas novas distinções devem desistir da pureza e da linearidade de fronteiras. Elas devem ter uma forma que seja rigorosa e capaz de levar em conta a possibilidade essencial de contaminação entre todas essas oposições, (...) a [oposição] entre literatura e crítica ou leitura ou interpretação literária (p. 52).

Ora, a própria distinção entre literatura e crítica literária constitui um problema epistemológico. Por um lado, podemos questionar a fronteira entre ambos os textos a partir do fato de que pode haver uma “experiência inventiva da linguagem” (p. 52) na crítica literária, da mesma forma que pode haver uma instância crítica na obra literária. Entretanto, uma simples confusão entre essas duas instâncias de texto não seria convincente. O problema seria encontrar uma categoria capaz de abordar a contaminação evidente entre elas. Para isso, precisamos atentar para o que Derrida identifica como uma dominante de um texto filosófico, particularmente do modelo metafísico, no interior da crítica literária. O texto crítico, ao que parece, tende a ser mais filosófico no seu esforço teórico e institucional. Nesse sentido, a crítica literária e a crítica de tradução seriam “governadas por concepções metafísicas” (p.53).

De forma análoga, há que se considerar que a crítica de tradução, além de se confundir com a crítica literária, enfrenta o mesmo problema: essa dominante revela uma *crise*, a da retórica, que arma a crítica com uma filosofia inteiramente oculta (p.113), uma filosofia do *significado*, pois, para a retórica ou a crítica ter algo a examinar ou a fazer diante de um texto, um significado tem de ser determinado (p. 113). A crítica encontra-se, assim, diante de sua própria *crise*, uma vez que sempre usará o julgamento para *decidir* o valor e o significado de um texto.

Quando a crítica literária pergunta o que é uma obra, ela está se referindo apenas à configuração verbal ou ao discurso, enquanto cadeia inteligível de palavras. Essa questão, procedente da suspensão e do adiamento da anterior, é engendrada

pela crítica, ao dissociar o *mythos* da *mimesis*, e ao reduzir a *poiêsis* à construção do *mythos*. Esse desdobramento da noção de significação é obra da crítica literária. Todavia, sua possibilidade repousa numa constituição do discurso que tem o seu fundamento na semântica da frase.

4. A CRÍTICA DE TRADUÇÃO REVISITADA: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA REPENSAR A EXPERIÊNCIA DO MAIS!

É Luiz Costa Lima (2000) quem nos chama a atenção para a instabilidade semântica, que, em seu dizer, “significa que o texto já não se deixa entender como explicação de um estado prévio de coisas ou de uma teorização prévia que ele ilustraria” (p. 372). Percebe-se que, por esse ponto de vista, a interpretação não só não garante qualquer elemento constitutivo no texto, como também corre o risco de se tornar inútil. É o que sugere o autor, ao afirmar que “a indecidibilidade supõe que o trabalho interpretativo não precisa tão-só mudar seus parâmetros senão que agora seria um trabalho inútil e ocioso” (p. 372).

A fim de evitar tal reducionismo, importa-nos considerar a questão do original a partir da perspectiva de que as línguas são complementares, tal como coloca Paulo Ottoni (1999), em suas reflexões sobre a fidelidade – a partir do questionamento de George Steiner –, ao declarar que, visto serem as línguas “pólos complementares”, não haveria nenhuma distinção entre elas (p.38). Ora, não se trata de uma confusão, mas do pressuposto de que a complementariedade implicaria em objetos de mesma natureza que, numa espécie de jogo, marcaria a diferença, uma diferença que estaria além da simples diferença entre as línguas. Nesse ponto é importante lembrarmos que Derrida fala sempre de contaminação.

Se atentarmos para as leituras de Derrida, notaremos que, além de a tradução praticar a diferença, ela também deve ser vista do ponto de vista da transformação. Como todo signo mantém uma relação de interdependência e suplementariedade, qualquer texto somente pode ser constituído por um “entrelaçamento” produzido a partir da transformação de outros textos, num processo de adiamento *ad infinitum* da origem do significado. Partindo dessa premissa, percebemos que as distinções entre os vários textos se apagam.

O que não dizer, então, das distinções entre crítica literária, crítica literária de tradução e crítica de tradução?

O fato de a crítica não se encaixar em uma definição clara e estável responde de certo modo a essa questão, e de forma alguma torna a crítica inexistente. Somos quase levados a dizer: pelo contrário. E isso porque a transgressão, para existir como tal, necessita de uma lei a ser transgredida. Poderíamos ir mais longe: a norma não se torna visível, não vive, senão graças às suas transgressões. Uma vez que pudemos ver uma crítica literária que dispensa uma definição exata, nem por isso a vimos como desprezível. Ela, tão somente, leva a si mesma a questionar sobre ela própria,

sobre seus métodos, seus objetivos, até mesmo sobre sua essência, que é, por sua vez, um questionamento contínuo. Neste ponto, ela não estaria *em questão*.

Não nos propomos chegar à definição da “crítica de tradução ideal”, muito menos adotar uma atitude cética em relação à existência de uma “crítica de tradução pura”, até porque, como demonstramos, não há textos inteiramente puros, cujas características os distingam de outros. Nosso trabalho foi realizado indutivamente, sobre um *corpus* bastante restrito, e nossos resultados só podem ser parciais.

Nada nos impede, porém, de considerar essas críticas de tradução como amostras representativas, e o resultado de sua observação como hipótese extensível à crítica de tradução em geral. Na medida em que essas críticas se vêm às voltas com um objeto privilegiado porque também resistente – a tradução –, elas podem tornar-se exemplares das dificuldades e das possibilidades de uma crítica de tradução em geral. A tradução põe a nu as regras de funcionamento dos sistemas críticos, questionando sua capacidade de prestar contas de seu próprio funcionamento enquanto objeto.

Ora, a indefinição do objeto de estudo da crítica de tradução acarreta a utilização de outros elementos em suas considerações. A crítica busca o sentido da obra e adota um método de interpretação segundo o qual todos os seus elementos se explicam pelo sentido que se lhes atribui. Com isso, a crítica de tradução não só buscaria o sentido da obra, como também uma possível fidelidade a esse sentido.

No caso do caderno *Mais!*, quando se procede desse modo, existe sempre algo de embaraçoso, algo que escapa a esse critério. Em geral, esse elemento incômodo é o segundo texto, a tradução. Poder-se-ia dizer que a maior prova a que se submete todo crítico de tradução é a de encontrar exemplos de tradução que sejam significativos, que dêem uma visão geral da tradução dessa obra.

A necessidade da crítica de tradução é tão apodítica que, na falta de uma, os próprios críticos literários empreendem a tarefa de avaliar o texto traduzido. Esse encontro reflete-se nas expressões “crítica literária de tradução” e “crítica de tradução literária”.

Desse imbricamento surgem três questões: a da interpretação, a da “instabilidade semântica” e a da “indecidibilidade”, que se produzem no momento em que se questiona o significado de um texto, levando à discussão do que seja “fidelidade” e “criação” num texto traduzido. Por isso, é necessário que a crítica de tradução seja repensada, até mesmo para que possa dar conta das novas estratégias promovidas pelo trabalho que relaciona, de modo específico, desconstrução e tradução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARARIPE JR., T. A. (1960). *Obra crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. (Coleção Textos da Língua Portuguesa Moderna)

- ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINUS. (1989). *Crítica e teoria Literária na Antigüidade*. Trad. David Jardim Júnior. Intr. Assis Brasil. Rio de Janeiro: TecnoPrint.
- ARROJO, R. (1993). *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- ATTRIDGE, D. (ed.). (1992). *Acts of Literature*. Nova York, Londres: Routledge.
- BARTHES, R. (1966). *Critique et vérité*. Paris: Seuil.
- BENJAMIN, A. (1989). *Translation and the nature of philosophy: a new theory of words*. Londres, Nova York: Routledge.
- BERMAN, A. (1984). *L'épreuve de l'étranger: culture et traduction dans l'Allemagne romantique*. Paris: Gallimard.
- _____. (1995). *Pour une critique des traductions: John Donne*. Paris: Gallimard.
- BLOOM, H. (1996). A invenção da crítica literária: é duplo o legado do comediógrafo grego Aristófanes aos críticos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 nov. Caderno *Mais!*, p. 11.
- BOSI, A. (1988). *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Ática.
- BRUNEL, P.; MADELÉNAT, D.; GLIKSOHN, J-M. & COUTY, D. (1988). *A crítica literária*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes. (Coleção Universidade Hoje).
- CALDAS AULETE, F.J. (1948). *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- CAMPOS, H. (1967). *Metalinguagem*. Petrópolis: Vozes.
- CARPEAUX, O.M. (1943). *Origens e fins: ensaios*. Rio de Janeiro: C.E.B.
- COSTA LIMA, L. (2000). *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COUTINHO, A. (1975). *Da crítica e da nova crítica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DERRIDA, J. (1973). *Gramatologia*. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1994). *A Voz e o Fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1984). *Otobiographies: the teaching of Nietzsche and the politics of the proper name*. Trad. Avital Ronell. Miami University.
- _____. (1975). *Posições: semiologia e materialismo*. Trad. Maria Margarida Correia Calvente Barahona. Lisboa: Plátano Editora.
- COSTA LIMA, L. (1999). Um crítico para ser conhecido. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 mar. Caderno *Idéias*, p. 5.
- DINIZ, T.F.N. (1995/1996). Tradução: da semiótica à cultura. *Com Textos*-Revista do Departamento de Letras da UFOP, Mariana/MG, v. 6.
- FELINTO, M. (1993). A primeira viagem de Virginia Woolf: romance antecipa técnicas narrativas da escritora. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 jul. Caderno *Mais!*, p. 8.

- GRAHAN, J.F. (ed.). (1985). *Difference in Translation*. Ithaca, London: Cornell University Press.
- ISER, W. (1999). Leitores e Leituras: Wolfgang Iser, em trecho do texto de abertura de colóquio sobre sua obra, agora disponível em livro (*Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*, Ed. Uerj, R\$ 25), mostra como o leitor se tornou determinante nos estudos literários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 set. Caderno *Idéias*, p. 4.
- JAKOBSON, R. (1977). *Linguística e comunicação*. 9. ed. São Paulo: Cultrix.
- JOBIM, J. L. (org.). (1992). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. São Paulo: Imago Editora.
- KUNDERA, M. (1996). A tradução como arte da fidelidade: versões fiéis tornam possível o sonho da literatura universal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 mai. Caderno *Mais!*, p. 3.
- LIMA, A.A. (1945). *O crítico literário*. Rio de Janeiro: Agir. (Coleção "Depoimentos").
- LINS, A. (1964). *O Relógio e o quadrante: obras, autores e problemas de literaturas estrangeira – ensaios e estudos, 1940-1960*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MACKSEY, R. & DONATO, E. (orgs.). (1975). *A Controvérsia estruturalista: as linguagens da crítica e as ciências do homem*. Trad. Carlos Alberto Vogt e Clarice Sabóias Madureira. São Paulo: Cultrix.
- MARTINS, W. (1946). *Interpretações*. São Paulo: José Olympio.
- MILTON, J. (1993). *O poder da tradução*. São Paulo: Ars Poetica.
- NEUBERT, A. & SHREVE, G.M. (1992). *Translation as text*. Londres: The Kent State University Press.
- NIETZSCHE, F.W. (1950). *Le gai savoir*. Trad. Alexandre Vialatte. Gallimard.
- OTTONI, P.R. (1997/98). Traducción recíproca y double bind: desbordamiento y multiplicidad de lenguas. Trad. Sérgio Flores Pedroso. *Sendebars*, Havana, n. 8-9, p. 81-91.
- PAES, J.P. (1990). *Tradução: a ponte necessária: aspectos e problemas da arte de traduzir*. São Paulo: Ática.
- PERRONE-MOISÉS, L. (1973). *Falência da crítica*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1996). Que fim levou a crítica literária?: a desconstrução teve como efeito perverso a promoção de um vale-tudo estético. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 ago. Caderno *Mais!*, p. 9.
- PORTELA, E. (1958). *Dimensões, I*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- PROUST, M. (1954). *Contre Sainte-Beuve: suite de nouveaux mélanges*. Paris: Gallimard. (Coleção Idées/NRF, n. 81).
- RIBEIRO, J. (1963). *Páginas de estética*. 2. ed. Intr. Lêdo Ivo, rev. e notas de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. Rio de Janeiro: São José.
- RICOEUR, P. (1983). *A Metáfora viva*. Trad. Joaquim Torres Costa e Antonio M. Magalhães. Porto: Rêis editora Lda.

- ROMERO, S. (1980). *História da literatura brasileira: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira*. 7. ed. Org. e pref. Nelson Romero. Rio de Janeiro: José Olympio.
- SÃO JERÔNIMO. (1995). *Carta a Pamáquio sobre os problemas da tradução: ep. 57*. Intr., rev., trad., e notas de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Cosmos.
- VERÍSSIMO, J. (1954). *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio. (Coleção Documentos Brasileiros).
- WELLEK, R. (1963). *Conceitos de crítica*. Org. e intr. Stephen G. Nicolas, trad. Oscar Mendes. São Paulo, Cultrix.